

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.458 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2002



Célio Azevedo

CCJ aprovou em caráter terminativo proposta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes

## Câmara recebe projeto que amplia combate à prostituição de menores

Proposta de Geraldo Althoff, acolhida pela CCJ em caráter terminativo e enviada à Câmara dos Deputados, amplia a punição aos que exploram sexualmente crianças e adolescentes ou facilitam a prática desse crime. Segundo o relator da matéria, Romeu Tuma, o projeto pode representar “um duro golpe” nos responsáveis pela prostituição de menores. O texto também inova ao permitir a adoção de netos pelos avós.

PÁGINA 4

## Portal do Senado é finalista do Prêmio iBest na categoria Política

O site do Senado foi indicado como um dos três finalistas na categoria “Política” do grupo “Governo/Terceiro Setor” do Prêmio iBest 2002. O prêmio procura valorizar o esforço e o talento dos profissionais da Internet no Brasil e já se transformou em selo de qualidade para essa atividade no país.



PÁGINA 6



Célio Azevedo

Bernardo Cabral

## Integração das polícias começa a ser votada

Senadores e deputados analisam a partir de amanhã relatório sobre estrutura da segurança pública

A Comissão Mista de Segurança começa a votar amanhã o relatório sobre propostas de reestruturação da polícia. Um dos pontos mais polêmicos refere-se à unificação das polícias civil e militar. Também devem

constar do documento dispositivos sobre salários e a integração com as guardas municipais, o Ministério Público e o Judiciário. As matérias aprovadas serão levadas depois aos Plenários do Senado e da Câmara.

PÁGINA 3



José Cruz

Sebastião Rocha

### Proibição do uso de silicone injetável pode entrar em pauta

PÁGINA 3



José Cruz

Paulo Hartung

### Comissão analisa garantia de cota mínima gratuita de água

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Geraldo Cândido

### Venda de substitutos do leite materno deve ter novas regras

PÁGINA 2

## Reforma da Justiça chega ao Plenário

O texto da reforma do Judiciário, consolidado pela CCJ com a incorporação das emendas ao relatório de Bernardo Cabral, já está em condições de ser examinado pelo Plenário do Senado. Um dos objetivos da proposta é tornar a Justiça mais ágil.

PÁGINA 5



Waldeck Ornélas é o relator das propostas de recuperação do rio

## Produtor depõe na comissão do São Francisco

A Comissão Especial do Rio São Francisco recebe amanhã, às 14h30, o presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (Aiba), Humberto Santa Cruz Filho, e o superintendente da Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco, Fernando Brendaglia Almeida.

Presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a comissão foi criada para acompanhar e avaliar os projetos de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Os trabalhos da comissão foram iniciados em 5 de junho de 2001 e devem se estender até dezembro de 2002.

Para o relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), o projeto de revitalização do rio deve compreender não só ações de despoluição e conservação dos solos, como também medidas para a regularização da vazão do rio e assegurar a disponibilidade de água.

Humberto Filho informou à Agência Senado, por telefone, que explicará aos senadores como os agricultores de uma região da Bahia utilizam a água da Bacia do Rio Grande para a irrigação sem afetar a vazão do Rio São Francisco, do qual o Rio Grande é afluente. Ele também irá relatar aos membros da comissão as atividades da associação que representa. A reunião será realizada na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

# Normas para substitutos do leite materno vão a exame

Comissão de Assuntos Sociais deve analisar também novas opções para uso do FGTS e limites máximos de nicotina e alcatrão nos cigarros

Substitutivo do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), ao projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno deverá ser apreciado na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta quarta-feira, com início marcado para as 9h. A matéria também trata da promoção comercial e da rotulagem dos substitutos do leite e de artigos de puericultura, como mamadeiras, bicos, chupetas e mordedores.

A CAS deverá ainda discutir dois pareceres que tratam da utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em um deles, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) é favorável à aprovação de projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que propõe a liberação do FGTS para desempregados inves-



Geraldo Cândido propõe regulamentação da venda de substitutos do leite materno

tirem na abertura ou expansão de empreendimento próprio. O outro é o substitutivo do senador Geraldo Althoff ao projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que possibilita a utilização do FGTS para quitação de prestações atrasadas ou a vencer de financiamentos habitacionais.

Também está na pauta da CAS o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), favorável ao projeto de iniciativa da Câmara dos

Deputados que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estendendo a responsabilidade solidária pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho às empresas contratantes de prestadoras de serviços.

Atualmente, a responsabilidade solidária, em que tanto a prestadora quanto a tomadora respondem igualmente pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho, só é invocada quando se constata fraude, isto é, recorre-se à terceirização para burlar a lei, caso em que o empregado da prestadora é, na realidade, empregado de fato do tomador de serviço — explicou o relator.

De autoria de Tião Viana, outro parecer que poderá ser analisado é sobre o projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros.

## Alfabetização pode começar mais cedo

Aprovado pelo Senado, seguiu para a Câmara dos Deputados o projeto de lei que muda para 6 anos a idade em que as crianças devem ser matriculadas no ensino fundamental. O projeto é do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e teve como relator, na Comissão de Educação (CE), o senador Paulo Hartung (PSB-ES). Em seu parecer, ele explica que para começar a matricular crianças a partir de 6 anos, os estabelecimentos de ensino terão que observar uma "taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% da faixa etária de 7 a 14 anos, no caso das redes escolares públicas". O pro-

jeito foi aprovado em caráter terminativo pela CE.

Hartung também observa, em seu parecer, que nem a Constituição nem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelecem com clareza a faixa de idade dos alunos do ensino fundamental, ficando "subentendido" ser de 7 a 14 anos. Segundo o senador, a LDB faz apenas referências sobre a idade exigida, bem como trata do dever de a família matricular as crianças a partir dos 7 anos e da duração mínima de oito anos para o ensino fundamental.

O senador lembra ainda parecer emitido em 1998 pela Câmara

de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), sobre a iniciativa da prefeitura de Porto Velho (RO) de estender a duração do ensino fundamental para nove anos, a exemplo do que vem sendo feito no Ceará.

No parecer, o relator argumenta ser quase unânime a percepção dos pedagogos, confirmada pela experiência internacional, que a idade própria do início da alfabetização é a de 6, e não de 7 anos. E conclui com a opinião de que a rede particular é livre para organizar seus sistemas de ensino, desde que cumpra as normas do CNE.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destinada a homenagear o 35º aniversário da Zona Franca de Manaus.  
Pauta: entre outras matérias, discussão, em turno único, da MP nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; MP nº 11/01, cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício seguro-safra para os agricultores familiares da região nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; MP nº 12/01, abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$ 86 milhões, para os fins que especifica; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 1/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor equivalente a até US\$ 300 milhões.

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Comissão Mista de Segurança  
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

11h30 — Comissão de Educação  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

17h — CPI das ONGs  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Após a Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Mudança na polícia começa a ser votada

Um dos pontos mais polêmicos das propostas que deverão ser debatidas pela Comissão Mista de Segurança Pública é o que prevê a unificação das polícias civil e militar. Também estarão em exame alterações nas guardas municipais

O relatório da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) sobre propostas de reestruturação da polícia começa a ser votado amanhã, às 11h, pela Comissão Mista de Segurança. A deputada é a relatora do grupo de trabalho que trata da estrutura da segurança pública. Um dos pontos mais polêmicos refere-se à unificação das polícias civil e militar.

Também devem integrar o relatório dispositivos sobre salários de policiais e sobre a integração entre as polícias militar e civil, e destas com as guardas municipais, o Ministério Público e o Judiciário.

Proposta do grupo destinando 5% das receitas da União, estados



Comissão de Segurança é presidida pelo senador Iris Rezende (C), tendo como vice o senador Artur da Távola (à sua esquerda) e relator Moroni Torgan (direita)

e municípios à segurança foi aprovada na última quarta-feira.

Pode ser examinado ainda nesta semana o relatório do grupo que trata de alterações na Lei de Execução Penal e a segunda par-

te do relatório sobre os crimes contra a vida e o patrimônio. As matérias aprovadas pela comissão mista dependem ainda de deliberação dos Plenários do Senado e da Câmara.

## Uso de silicone aguarda desobstrução da pauta

Caso seja encerrada esta semana a obstrução que trava a Ordem do Dia do Senado desde o último dia 5, um dos principais projetos a ser votado proíbe o uso de silicone injetável no organismo humano e impõe condições para o emprego dos implantes e próteses que contenham silicone em forma de gel.

Conforme o projeto, o silicone só será autorizado nos casos de indicação médica precisa, com eficácia cientificamente comprovada, e desde que o órgão de vigilância sanitária tenha autorizado o registro do produto para o uso especificado e estabelecido os cri-

térios para sua utilização.

Já o emprego de implantes e próteses de silicone ficará sujeito ao consentimento livre e esclarecido do paciente, a ser formalizado por instrumento particular, mediante o qual ele será informado sobre os riscos e as conseqüências do produto e declarará o consentimento para o seu emprego.

Esse é um dos 50 projetos que aguardam o fim da obstrução da pauta para ser apreciados pelo Plenário. Na pauta está um pedido de autorização para que o Brasil obtenha empréstimo de US\$ 100 milhões no Banco Interame-



Maguito Vilela quer reduzir o recesso

ricano de Desenvolvimento (BID), para investir em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de comunidades urbanas com população entre 15.000 e 75.000 habitantes.

Caso a pauta seja desobstruída, o Senado deverá também discutir três propostas de emenda à Constituição, de autoria dos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Paulo Hartung (PSB-ES) e do então senador Jader Barbalho, que reduzem o recesso parlamentar.

## CAE analisa gratuidade de água para baixa renda

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) examinará amanhã projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que garante gratuitamente às famílias uma cota mínima de água tratada por mês. A quantia de água será definida pelo Ministério da Saúde e as companhias nunca poderão cortar esse fornecimento, mesmo que não haja pagamento do que exceder a cota mínima.

O projeto autoriza as companhias de água a cobrarem por seu fornecimento valores diferenciados de acordo com o consumo



Projeto em exame é de autoria do senador Paulo Hartung

– custos mais altos para quem gasta mais água. A receita obtida com a venda da água para as residências de elevado consumo bancaria o fornecimento gratuito da cota mínima. O projeto tem parecer favorável do relator na CAE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Consta ainda da pauta da comissão projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui na lista de isentos do pagamento de Imposto de Renda os rendimentos de aposentadoria ou do trabalho de pessoas portadoras de doenças graves do fígado (hepa-

topatias). A lei já isenta de pagamento os portadores de 12 diferentes doenças, entre elas Aids, cegueira, cardiopatias severas, hanseníase e alienação mental.

Romeu Tuma argumenta que pessoas que sofrem de doenças graves dos rins já têm o benefício e elas enfrentam problemas parecidos com quem possui hepatopatias severas. Para as duas moléstias, a única esperança de vida a longo prazo encontra-se no transplante de fígado ou de rim.

Mesmo assim, quem tem a sorte de receber um transplante precisa tomar os mesmos remédios, todos eles caros e quase sempre importados.

## CI decide sobre construção de novas rodovias em Roraima

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar amanhã, após a Ordem do Dia, em caráter terminativo, projetos do senador Romero Jucá (PSDB-RR) propondo a criação de três rodovias federais em Roraima. As matérias têm

como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

O primeiro projeto prevê a inclusão da BR-438 na relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal. A via irá cobrir trecho entre São João da Baliza (BR-174) e Rorainópolis (BR-210), localizados no sudeste de Roraima. Com 71 quilômetros de extensão, essa rodovia é apontada por Jucá como de “extrema importância para o desenvolvimento nacional e regional, por proporcionar uma maneira de levar, com segurança e rapidez, os produtos da atividade econômica local para a região amazônica”.



Marluce é relatora dos projetos que criam novas rodovias

Em outro projeto, Romero Jucá pretende a criação da BR-439, com 180 quilômetros de extensão e localizada no extremo nordeste de Roraima. A rodovia terá interligação com as BR-174, RR-202 e RR-171, seguindo em direção à

fronteira do Brasil com a Guiana. Além de constituir um meio de escoamento da produção local, a BR-439 vai possibilitar, segundo assinalou, a defesa da faixa de fronteira, com a ocupação auto-sustentável do município de Uiramutã.

A última proposta prevê a implantação da BR-440, que se estenderá por 150 quilômetros e terá como pontos de passagem Mucajá e Alto Alegre, pela RR-325, e a Estrada Tronco do Apiaú. De acordo com Jucá, esse trecho rodoviário está situado no oeste de Roraima, com direção à fronteira da Venezuela.

## Projeto de Tião Viana define regras para recursos da saúde

Projeto de lei complementar do senador Tião Viana (PT-AC) regulamentando a Emenda Constitucional nº 29, que trata do financiamento das ações e serviços públicos de saúde, encontra-se em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto estabelece que a União aplicará anualmente, em ações e serviços de saúde, o montante correspondente ao empenhado para essa finalidade no exercício financeiro anterior, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida entre os dois exercícios financeiros imediatamente anteriores ao que se refere a lei orçamentária.

Tião Viana explica que a Constituição estabelece que as obri-



Iniciativa de Tião Viana regulamenta emenda constitucional

gações dos entes federados com gastos em saúde devem ter regulamentação em lei complementar, e que sua proposta visa preencher essa lacuna. A matéria trata dos percentuais que devem ser estabelecidos; dos critérios de rateio

dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; do rateio dos recursos dos estados destinados a seus respectivos municípios; e das normas de fiscalização e de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

O projeto estabelece ainda que 70% dos recursos da União destinados a estados, ao Distrito Federal e aos municípios serão distribuídos de acordo com o coeficiente de sua divisão pelo número de habitantes.

# Combate à prostituição de menor pode ser ampliado

Enviado ao exame da Câmara dos Deputados projeto do senador Geraldo Althoff que torna mais abrangente e rigorosa a punição às pessoas que exploram sexualmente ou prostituem crianças e adolescentes

Projeto de lei aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e já enviado à Câmara dos Deputados torna mais dura e ampla a punição a quem explora sexualmente ou prostitui crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê pena de quatro a dez anos de prisão para quem praticar esse tipo de crime, mas o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), autor do projeto, quer estender a punição a todos que facilitarem, permitirem ou fornecerem os meios para que outros pratiquem o crime.

Entre as ações inovadoras propostas pelo texto para combater a exploração sexual do menor estão a prisão provisória (por 30 dias) dos pais agressores, o que pode acontecer por pedido da Vara da Infância e da Juventude, e a intervenção do Ministério Público em eventuais casos de violência, sem a necessidade de representação da vítima ou seu representante legal, hoje prevista em lei.

A intenção, explicou o relator da matéria na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apresentou emendas ao texto original, é possibilitar que a polícia pratique uma política de "não tolerância", tanto com os criminosos quanto com os

**O que muda na lei para proteger a criança**

As principais modificações propostas pelo senador Geraldo Althoff para prover a lei de mecanismos mais rigorosos contra os exploradores sexuais de crianças e adolescentes são as seguintes:

- Adoção de criança pelos ascendentes (avós)
- Punição dos que colaborarem com atos de prostituição ou exploração sexual de menores
- Fim da obrigatoriedade da certidão de nascimento para ingresso da criança em estabelecimento escolar
- Decretação de prisão provisória dos agressores, até mesmo os pais, pela Justiça da Infância e da Juventude
- Abertura de ação pública para crimes cujas vítimas sejam menores de 21 anos de idade
- Autonomia para ação do Ministério Público

estabelecimentos utilizados para a exploração sexual de crianças e adolescentes, tais como saunas, boates, bares, hotéis, motéis, casas de massagens e outros ligados ao turismo sexual – que, pelo Estatuto, podem ser fechados.

Outra medida, esta modificando artigo do Código Penal, institui a ação penal pública incondicional para os crimes cujas vítimas sejam menores de 21 anos de idade. Pela legislação atual, os crimes sexuais só são punidos mediante queixa, a menos que cometidos com abuso do pátrio poder ou na qualidade de padrasto, tutor ou curador. No caso de a vítima

ou sua família não poder arcar com as custas do processo, a legislação já prevê ação pública, por meio de representação. No entanto, com o novo formato, o artigo concede maior autonomia ao Ministério Público.

– Se tornado lei, o projeto será um duro golpe na situação dantesca de pessoas que exploram menores, chegando a vender uma criança ou adolescente pelo melhor preço ofertado. Esses canalhas, traficantes de corpos, devem arder na cadeia – enfatizou Tuma, lembrando que o Brasil figura entre os três países que registram maior número de crimes dessa natureza.



## Projeto permite que avós adotem netos

O projeto que trata do endurecimento da lei para os que explorarem sexualmente menores traz também medidas que visam à melhoria do equilíbrio emocional da criança ou adolescente. Uma das iniciativas é permitir, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, que os avós possam adotar o neto, caso fique atestada a incapacidade dos pais de proteger a criança ou comprovado que estes são os próprios agressores.

O autor da proposta, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), quer corrigir o que considera uma dis-

torção na atual legislação, pois esta proíbe a adoção pelos avós ao mesmo tempo em que permite que pessoas estranhas, inclusive estrangeiros, adotem a criança depois de ter com ela um convívio de apenas 15 dias.

– Em muitas situações de abuso sexual, cuja maior parte das ocorrências registradas se dá no próprio ambiente familiar, existe uma aproximação e proteção natural dos avós com a criança. E nesses casos, se for preciso que a criança fique afastada dos pais, é melhor que ela possa continuar

no núcleo familiar. Essa é uma medida simples, mas que tem grande efeito sobre o equilíbrio emocional da criança – acentuou Althoff.

Outra inovação do projeto, também alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente, é a garantia de acesso da criança à escola, independentemente da apresentação da certidão de nascimento do menor pelos responsáveis.

– A ausência do documento não pode se constituir em empecilho para frequência à escola. O essencial é que a criança esteja na escola – disse o senador.

## DADOS DA VIOLÊNCIA

Os senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP) basearam-se em levantamentos feitos por diversos organismos e entidades nacionais e internacionais sobre o nível de exploração sexual das crianças e dos adolescentes para a elaboração do projeto de lei e das emendas aprovadas. Os números são os seguintes:

– A ONU indica que cerca de 100 mil brasileiros são explorados pela indústria sexual.

– As cidades de Salvador, Recife e Manaus concentram a maior parte dos casos de turismo sexual.

– A Associação Brasileira Multi-

profissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) indica que 47,52% dos abusos sexuais são cometidos contra adolescentes (pessoas de 12 a 18 anos).

– A Abrapia aponta também



Geraldo Althoff quer estender a punição a todos que facilitarem a exploração sexual de menores

que 84,86% dos crimes acontecem dentro da casa da vítima.

– Em 63,83% dos casos denunciados, o autor do abuso é um membro da família do jovem.

– As meninas são mais exploradas, correspondendo a 79,67% das vítimas.

## Freitas Neto critica altos preços de livros didáticos

Os preços "extorsivos" cobrados pelos livros didáticos no país motivaram críticas em Plenário, na sexta-feira, do senador Freitas Neto (PSDB-PI), que está examinando um anteprojeto de lei sobre esse tipo de publicação. Segundo o senador, enquanto é possível comprar clássicos da literatura bra-



Freitas Neto está examinando um anteprojeto de lei sobre o assunto

sileira e estrangeira em bancas de jornal por cerca de R\$ 10, o preço dos livros didáticos situa-se na faixa de R\$ 50.

"Para uma família que tem dois ou três filhos na escola, esse gasto fica muito elevado", comentou, observando que as despesas escolares pesam ainda mais se somadas ao pagamento de matrícula e mensalidades. Não bastasse o alto custo do material didático, acrescentou Freitas Neto, é curta a validade dos livros adotados, substituídos forçosamente a cada início de ano letivo, o que impede seu aproveitamento por novos alunos.

Na opinião do senador tucano, os estudantes dos ensinos fundamental e médio precisam de livros

didáticos de qualidade mas que sejam ofertados a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população. "Criticamos o abuso de preços e queremos que seja oferecido um material bom a preços razoáveis, sem exploração", declarou Freitas Neto.

Ao abordar as constantes queixas dos pais sobre excessos nos

preços dos livros didáticos, ele esclareceu não ser contra a liberdade de escolha do material por professores e escolas e disse que não quer que os alunos se contentem com produtos mais baratos, mas de menor qualidade. O parlamentar estranhou apenas o descompasso existente entre os preços dos didáticos e de outros livros com "papel, impressão e conteúdo até melhores".

Freitas Neto apelou às Comissões de Educação do Senado e da Câmara para que aprofundem o debate sobre essa questão. Na opinião do senador, garantir aos estudantes livros didáticos de qualidade a preços razoáveis é "uma questão de justiça e uma aposta no futuro".

## Lindberg afirma que Ford prejudica revendedores

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) criticou, na sexta-feira, no Plenário, a atuação da montadora Ford junto a seus distribuidores de veículos no Brasil. "A Ford quer sair do país e está manobrando para não pagar direitos trabalhistas de seus empregados, e os revendedores, que



Segundo Lindberg, a Ford descredenciou 325 revendedores no Brasil

investiram em instalação e treinamento de funcionários, vão ter prejuízo e ficar a ver navios", afirmou.

Lindberg Cury lembrou que a Ford descredenciou 325 revendedores em todo o Brasil. "Será que a Ford está certa e todos esses distribuidores estão errados?", perguntou.

Segundo Lindberg, o revendedor não tem nenhuma segurança: assina um contrato "leonino" que já vem impresso, sem possibilidade de discutir qualquer cláusula. "Como deseja acabar com a rede, a Ford está usando os rigores do contrato", denunciou.

## Jucá saúda diversificação da pauta brasileira de exportações

A balança comercial brasileira dá sinais de recuperação, enquanto a composição das exportações muda, incorporando bens de alta tecnologia. A avaliação é do senador Romero Jucá (PSDB-RR), para quem o Brasil não é mais "uma república bananeira".



Para Romero Jucá, o futuro das exportações "promete ser ainda mais dinâmico"

Inspirado no catálogo *Made in Brazil*, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o senador apontou diversos novos itens, das indústrias pesada, de base, de consumo, alimentar e de bens imateriais, que vêm diversificando a pauta de exportações do país, como aviões, máquinas industriais, veículos pesados, revestimentos cerâmicos, computadores e produtos culturais.

Para ele, o país já deixou de ser mero exportador de *commodities* baratas. "A realidade é

Em encontro regional, realizado em Brasília, na semana passada, os ex-revendedores da Ford de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal decidiram se organizar para acionar a Justiça. "Infelizmente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) não tem sabido defender seus direitos", afirmou Lindberg. Segundo ele, a Ford dispõe de um exército de advogados especializados.

— Todos sabemos como é difícil lutar contra uma multinacional. O único canal que nos resta para defender nossos direitos é a TV Senado, onde posso denunciar esse descalabro — disse, observando que pretende trabalhar pela realização de uma audiência pública no Senado para que a Ford seja questionada sobre suas ações no Brasil.

bem outra, e o futuro promete ser ainda mais dinâmico", afirmou. Entre os exemplos da pujança do setor exportador nacional, o senador citou o aço, sobretudo pelo governo dos Estados Unidos. Segundo ele, a indústria brasileira, que já é a quarta em exportações do produto no mundo, entrou no mercado americano "de maneira tão sólida que veio a provocar essa violenta reação protecionista de parte da Casa Branca".

Jucá salientou que "quanto mais diversificada for a pauta de exportações, com mais itens de alto valor agregado, mais sólida será a posição brasileira no mercado globalizado, uma vez que estará menos dependente do comportamento dos preços de umas poucas *commodities*".

# Reforma aprovada pela CCJ deve agilizar Judiciário

Texto consolidado, já com todas as emendas acolhidas pela comissão, vai agora ao exame do Plenário do Senado

O texto da reforma do Judiciário, consolidado semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já com as emendas aprovadas, busca dois objetivos principais: tornar a Justiça mais célere e evitar desmandos e irregularidades administrativas, como as detectadas pela CPI do Judiciário.

Uma das novidades é a criação de varas itinerantes na Justiça Federal



Bernardo Cabral, que preside a CCJ, relatou a reforma do Judiciário

condições, a obrigatoriedade de que os juízes de primeira instância sigam decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

e na Justiça do Trabalho. Os tribunais de Justiça dos estados também poderão descentralizar a prestação jurisdicional, constituindo câmaras regionais. Outra medida é a instituição do efeito vinculante, que impõe, mediante

A reforma inova também ao criar o Conselho Nacional de Justiça, encarregado de controlar a atuação administrativa e financeira do Judiciário. Para a Justiça nos estados haverá ouvidorias.

Depois de tramitar por quase dez anos na Câmara, a reforma teve tratamento prioritário na CCJ do Senado. As discussões começaram em agosto de 2001 e o relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) foi aprovado em quatro meses. Este ano teve início a análise das emendas. A proposta será ainda votada em Plenário, e as alterações feitas pelo Senado retornarão à Câmara para nova análise.

## Mudanças incluem quarentena e efeito vinculante

O texto sugere mudanças abrangentes na organização da Justiça, contemplando aspectos que vão desde a criação de um órgão para controlar as atividades administrativas do Judiciário até à criação do chamado efeito vinculante para decisões de mérito do Supremo Tribunal Federal. A seguir, um resumo das principais alterações propostas na reforma do Judiciário.

**Controle da Justiça** — Será exercido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), composto por 11 membros — um ministro do STF, um do STJ, um do TST, um desembargador de tribunal de Justiça, um juiz estadual, um desembargador de tribunal federal, um juiz federal, um juiz de TRT, um juiz do Trabalho e dois advogados. O conselho deverá controlar a ação financeira e administrativa da Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Os estados deverão criar ouvidorias de Justiça, competentes para receber reclamações e denúncias contra integrantes ou órgãos do Poder Judiciário. As denúncias serão enviadas ao Conselho Nacional de Justiça.

O Ministério Público também passará a ter controle mais rígido. A reforma cria o Conselho Nacional do Ministério Público, com funções análogas às do CNJ. Todos esses órgãos deverão ser instalados em um prazo máximo de 180 dias após a promulgação das mudanças constitucionais.

**Quarentena** — O texto proíbe aos juízes o recebimento de vantagens, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas. Os juízes não poderão exercer a advocacia antes que tenham decorridos três anos de seu afastamento da magistratura. O afastamento, no entanto, se refere apenas, ao juízo ou tribunal em que tenha atuado.

A quarentena também valerá para os juízes de tribunais superiores. No caso do Supremo, além disso, há uma quarentena prévia, impedindo a nomeação de pessoas que tenham exercido nos últimos três anos mandatos executivos, cargo de ministro de Estado, procurador-geral da República, advogado-geral da União ou presidente da OAB.

**Nepotismo** — A contratação de parentes de

magistrados para cargos de confiança passará a ser proibida no Judiciário. O descumprimento dessa norma poderia inclusive causar a perda de cargo do juiz, depois de processo no Conselho Nacional de Justiça.

**Celeridade** — Diversas alterações são propostas para diminuir a morosidade da Justiça. Além da criação de varas itinerantes na Justiça Federal e do Trabalho e da descentralização da Justiça estadual, o texto pune o magistrado que reter injustificadamente processos por tempo além do prazo legal.

A reforma acaba com as férias forenses, obrigando a Justiça a funcionar ininterruptamente. O texto determina que o número de juízes de cada local deve corresponder à efetiva demanda judicial e à respectiva população. O relatório abre a possibilidade de criação de órgãos de conciliação, sem caráter judicial, para demandas trabalhistas.

Outra novidade é a inclusão, entre as garantias constitucionais, do direito à prestação jurisdicional célere.

**Qualificação de magistrados e procuradores** — O texto impõe novas regras para o ingresso na magistratura e no Ministério Público. Os concursos deverão ser feitos por entidade não pertencente à estrutura do Judiciário ou do MP. Cinco anos de atividade forense passarão a ser requisito indispensável para o ingresso nas carreiras.

**Efeito vinculante** — As decisões de mérito do STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade, terão efeito vinculante sobre todo o Poder Judiciário. O STF poderá, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar súmula, que também terá efeito vinculante.

**Direitos humanos** — Na hipótese de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, para assegurar o cumprimento de acordo de que o Brasil faça parte, poderá suscitar perante o STJ o deslocamento da competência para a Justiça Federal.

# Senado é finalista do "Oscar da Internet"

O site da Casa concorre na categoria "Política" do grupo "Governo/Terceiro Setor" do Prêmio iBest 2002, criado para recompensar os esforços dos profissionais que fazem a história da Internet no Brasil

O site do Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) é um dos três finalistas da categoria "Política" do grupo "Governo/Terceiro Setor" do Prêmio iBest 2002, de acordo com a votação dos membros da Academia iBest, ao lado dos sites Caros Amigos e Congresso Nacional Online. A Academia iBest brasileira é formada por profissionais de comunicação e Internet, além de personalidades que mantêm contato assíduo com a rede.

Os três sites foram escolhidos de uma relação de dez semifinalistas, que incluía também os seguintes: Câmara dos Deputados, PFL, PMDB, Política Brasileira, Political, PSDB e PT. Ao comen-



de aprimoramento que está sendo finalizado".

De acordo com informações do site do iBest ([www.premioibest.com.br](http://www.premioibest.com.br)), que surgiu em 1995, o prêmio tem como principal objetivo descobrir novos talentos e premiar todo o esforço dos profissionais e dos sites que fazem a história da Internet no Brasil. O Prêmio iBest, hoje em sua sétima edição, é reconhecido no Brasil como o Oscar da Internet e transformou-se em um verdadeiro selo de qualidade para os principais sites do país. Mais de 2,4 milhões de pessoas já participaram do concurso, que este ano vai distribuir prêmios em nove grupos de categorias.

tar a votação obtida pelo site do Senado, o diretor da Secretaria de Comunicação Social da Casa, jornalista Vagner Caldeira, disse que o site da instituição "é bom e ficará ainda melhor, com o projeto

## Plácido de Castro pode dar nome a aeroporto

O Aeroporto Internacional de Rio Branco (AC) terá acrescentado ao seu nome o de Plácido de Castro, conforme projeto que será apreciado amanhã pela Comissão de Educação, em reunião marcada para as 11h30. Com parecer favorável do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a matéria só vai a Plenário se houver recursos dos senadores, por tratar-se de projeto terminativo.

A homenagem a Plácido de Cas-



Marina também é autora de projeto que muda nome do aeroporto de Rio Branco

tro decorreu de sugestão dos senadores da CE, como solução para o impasse entre duas propostas anteriores. Enquanto a senadora Marina Silva (PT-AC) reivindicava o nome de Chico Mendes para o aeroporto da capital acreana, Nabor Júnior pretendia dar-lhe o nome do ex-senador e ex-governador Oscar Passos, um dos fundadores do antigo MDB. Ambos reclamavam a precedência

para seus respectivos projetos, mas acabaram retirando-os em favor de um terceiro.

Além de Marina Silva e Nabor Júnior, assina a autoria do projeto a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), gaúcha como Plácido de Castro, "que foi uma das figuras que mais contribuíram para a atual configuração de grandeza do território nacional", conforme a justificativa da proposta.

A Comissão de Educação também vai apreciar 20 projetos de decreto legislativo, que autorizam ou renovam a execução de serviço de radiodifusão em cidades da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros estados.

## Alcântara elogia obra sobre biodiversidade

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aplaudiu a iniciativa da publicação de um "verdadeiro mapa da biodiversidade amazônica", visando dar ao governo e à sociedade brasileira condições de superar o desconhecimento sobre a região". Denominada *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*, a obra identifica os sítios mais importantes da biodiversidade, bem como o que se deve fazer para preservá-los, explicou o senador.

Depois de observar que não se pode confundir preservação com intocabilidade, Alcântara destacou que é significativa a seleção das áreas prioritárias de

biodiversidade, onde os poderes públicos e as organizações devem se debruçar para proteger, e dirigir pesquisas para usufruir dessa riqueza de maneira inteligente.

— São os tesouros preciosos da vida que podem ser transformados em produtos e serviços para atender a toda a humanidade, na forma de medicamentos, tecnologias limpas e outros, identificados por pesquisas do genoma — afirmou.



Obra visa superar desconhecimento sobre Amazônia, diz Alcântara

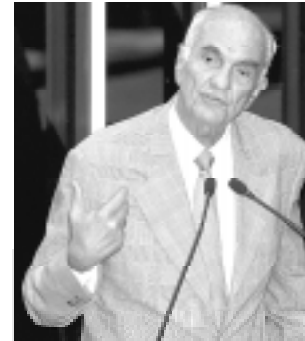
Segundo o senador, a publicação mostra a verdadeira natureza da vegetação da região, identificando as áreas de floresta tropical densa, de savanas, matas de campinas e campos. Conforme Alcântara, os mapas permitem visualizar também as áreas que foram alteradas pela ação humana, o que dá uma idéia aproximada do grau de comprometimento da floresta.

## Saturnino quer debater taxa para filme estrangeiro na TV

Os debates sobre a MP que adia, por mais 60 dias, o início da cobrança de 11% sobre a veiculação de filmes estrangeiros pelas televisões por assinatura, e a que trata da participação, em até 30%, do capital estrangeiro nas empresas de comunicação, poderão ajudar a traçar

um novo perfil da produção cinematográfica brasileira. Essa é a avaliação do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), autor dos requerimentos para a realização das audiências públicas sobre as duas medidas provisórias, juntamente com o presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, Freitas Neto (PSDB-PI).

Os recursos obtidos com a cobrança às TVs pagas deverão ser destinados à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Condecine), que deve dar sustentação à Agência Nacional de Cinema (Ancine). A agência tem como atribuições o fomento, a regulação e a fiscalização da indústria cinematográfica.



Saturnino apresentou requerimento para realização de audiências públicas

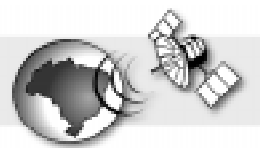
Roosevelt Pinheiro

— A Ancine não está consolidada. Ela existe, formalmente, a partir de setembro de 2001, quando foi editada a medida provisória que estabelece os princípios gerais da política nacional de cinema. Mas, por enquanto, ela não tem poder de atuação.

O quadro de dificuldades financeiras que atinge as TVs por assinatura preocupa o senador. Ele entende que o Senado deve tomar iniciativas para superá-lo. Reduzir o percentual previsto de 11% para 6% ou 7%, pode ser uma fórmula intermediária para atender às necessidades de operacionalização da Ancine, sem sobrecarregar as televisões por assinatura, acredita o senador.

Durante as audiências públicas, que serão marcadas a partir da próxima semana, Saturnino espera que se viabilize alguma proposta. Ele admite, inclusive, apresentar projeto para que as televisões abertas também sejam chamadas a contribuir para o fomento da indústria cinematográfica nacional.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Geraldo Cândido e o médico Pedro Tavil falam sobre a dengue  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Arlindo Porto fala sobre armas de fogo  
8h — *Canal do Município* — Nº 04  
8h30 — *Saúde/Unip* — Violência — Parte 1  
9h — *Vestígios do Passado* — As grandes fortalezas do Mediterrâneo  
9h30 — *Fala Cidadão*  
10h — Comissão Mista de Segurança Pública  
11h — *As Cores do Brasil* — Olinda  
11h30 — *Canal do Município*  
12h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h30 — *Entrevista* — O sen. Jefferson Pêres fala sobre a crise na América do Sul  
13h — *Fala Cidadão*  
13h30 — *Cidadania* — Os senadores Lúcio Alcântara e José Fogaça falam sobre a votação das medidas provisórias  
14h15 — *Senado Informa* (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — *Senado Informa* (ao vivo)

18h30 — *Entrevista* — O sen. Agripino Maia fala sobre a Comissão de Valores Mobiliários  
19h — *Fala Cidadão*  
19h30 — *Cidadania* — O sen. Saturnino Braga e o embaixador Correia Neto falam sobre a perspectiva de paz em Angola  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Lauro Campos fala sobre a crise econômica mundial  
21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

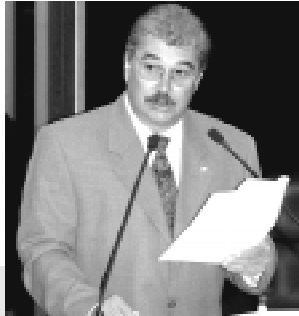
#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do Brasil e do mundo  
9h — Música e informação  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
22h15 — Música e informação  
23h — *Vozes do Século 20*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Patrocínio quer resgate histórico de João Goulart

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou que é chegado o momento de se resgatar historicamente a figura do ex-presidente João Goulart, derrubado pelo golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Jango, segundo Patrocínio, foi um conciliador por



Segundo Patrocínio, "Jango caiu pelas suas qualidades"

natureza e defensor das grandes reformas estruturais do país, ainda por serem feitas, até hoje. Aceitou para profundas mudanças na estrutura social, política e econômica e, exatamente por isso, friçou o senador, "foi apeado do poder". Jango, acrescentou Patrocínio, "caiu pelas suas qualidades, e não pelos seus defeitos".

Segundo Patrocínio, os golpistas encarregaram-se, durante vários anos que se seguiram à derubada de Jango, de todo um esforço concentrado para deturpar a imagem do ex-presidente e relegá-lo ao esquecimento histó-

rico, no que, afirma, obtiveram êxito. Agora, no entanto, é chegado o momento de passar a limpo todas as coisas, resgatando-se a figura de João Goulart, a fim de que as novas gerações, que nunca ouviram falar dele, tal é o esquecimento a que foi relegado, saibam realmente da sua importância para a história do Brasil – argumentou.

Patrocínio disse que, na última quarta-feira, foi inaugurada na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a exposição "Jango – João Goulart – Lembranças da História na Central do Brasil", que é exatamente o local do histórico comício de 13 de março, no qual Jango anunciou as grandes reformas estruturais e de base que iria deflagrar no Brasil, e que acabou acelerando o movimento golpista – lembrou o senador.

## Ademir: governo do Pará faz "propaganda enganosa"

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou campanha publicitária do governo Almir Gabriel (PSDB) em que se informa que "a segurança do Pará, modernizada, é modelo para todo o Brasil". Para Ademir, trata-se de "propaganda enganosa".



Ademir diz que Pará é campeão de violência em diversas áreas

O Pará, conforme o senador, é campeão de violência no campo. Detém também os mais altos índices de violência nas escolas, violência policial, assaltos em estradas e também nas comunidades ribeirinhas e no transporte fluvial.

Nas rodovias BR-316 (Pará-Maranhão) e BR-010 (Belém-Brasília) ocorre ao menos um assalto a caminhão por dia em cada uma, informou o representante do Pará. Segundo ele, os trechos mais perigosos estão entre Castanhal e Gurupi e Castanhal e Paragominas. Ademir atribuiu ao delegado Adelino Souza a informação de que os informantes dos assaltantes se concentram nos postos de

fiscalização da Receita Estadual. Os ônibus interestaduais e intermunicipais também são atingidos. Assalto em dezembro passado, na Belém-Brasília, próximo ao município de Mãe do Rio, deixou quatro pessoas mortas e 25 feridas. Mas são os ônibus urbanos os maiores alvos dos ladrões, informou Ademir, exemplificando que o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano incluiu entre suas reivindicações a concessão de seguro de vida para motoristas e cobradores.

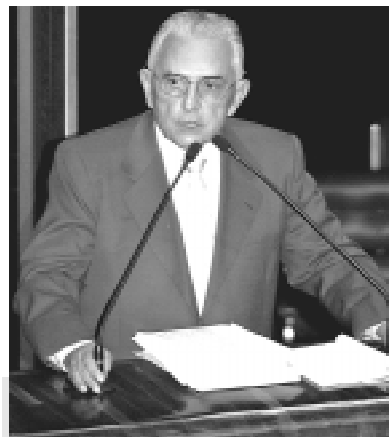
– Enquanto isso, o governo estadual mostra na TV desfiles de viaturas destinadas a delegacias no interior. Mas não se diz que, a partir do momento em que são entregues, os carros ficam por conta dos municípios – afirmou Ademir, acrescentando que muitas vezes policiais se negam a sair em diligências por falta de combustível, pneus ou outras peças.

## Francelino pede debate de regras para coligações

Senador conclama membros da CCJ a discutir proposta de emenda à Constituição que flexibiliza normas para alianças

Em pronunciamento na sexta-feira, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) conclamou os demais membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a comparecerem à reunião desta quarta-feira para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia aos partidos para fazerem coligações regionais distintas das nacionais nas próximas eleições. A chamada verticalização, ou repetição em âmbito estadual das alianças nacionais, foi imposta no mês passado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Cabia ao Congresso Nacional, e não ao Tribunal Superior Eleitoral, legislar sobre a matéria", disse o senador. Ele lembrou que outras formas de se reverter a



Francelino: sem reforma política, não haverá plena governabilidade

verticalização foram cogitadas na Casa: uma ação direta de inconstitucionalidade foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelos partidos de oposição, e o líder do PMDB, Renan Calhe-

ros (AL), apresentou projeto de decreto legislativo.

Francelino lamentou o fato de a questão ainda estar em aberto, por falta de uma reforma política completa.

– Sem a reforma política, este país nunca chegará aos pináculos da governabilidade. Um país, para ser um Estado, tem de ser de partidos políticos. Mas o Brasil não é um Estado de partidos políticos – acrescentou, lembrando que o país tem mais de 30 partidos.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) também defendeu a reforma política.

– O TSE tomou uma medida correta, o que está errado é a intempestividade, a intempestividade dessa decisão.

## Simon diz que PMDB deve lançar candidato

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou na sexta-feira que, apesar do cancelamento das prévias do partido, continua de pé a decisão adotada em Convenção Nacional no ano passado de lançar candidato próprio à sucessão presidencial. Ele anunciou ainda que



Simon afirma que nome de Itamar Franco será inscrito em convenção

o grupo favorável à candidatura própria vai inscrever o nome do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, na próxima convenção, em junho.

– Só existe um partido com obrigação de ter candidato próprio,

que é o PMDB. Isso ficou decidido em Convenção Nacional, na qual 98,7% dos militantes se disseram a favor tanto da candidatura quanto da realização da prévia. Revogaram a prévia, mas a decisão de candidatura própria está de pé.

Simon acusou a direção nacional do PMDB de estar agindo contra uma decisão adotada pelo partido. Os integrantes da direção, observou, estavam humilhando o partido ao buscar opções fora dos quadros do PMDB. Mas ele considerou pouco

provável a possibilidade de se revogar, na convenção de junho, a decisão adotada no ano passado de lançar um candidato próprio ao Palácio do Planalto.

O senador disse que o quadro político está cheio de interrogações. Inicialmente, recordou, houve a queda dos índices de popularidade da pré-candidata do PFL, Roseana Sarney, após a operação de busca realizada pela Polícia Federal no escritório da empresa Lunus. Em seguida, começou uma guerra de dossiês e de denúncias de utilização, por parte do PSDB, de serviços de espionagem. Nesse quadro, observou, a direção do PMDB não poderia trabalhar contra a candidatura própria.

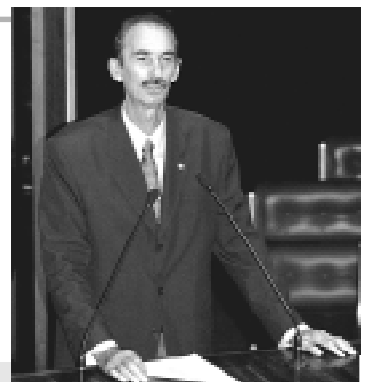
## Sartori defende combate biológico a praga em RO

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) pediu ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratini de Moraes, providências no sentido de combater a praga denominada "cigarrinha das pastagens" que, segundo informou, vem destruindo as pastagens em municípios da região sul de Rondônia e dizimando as plantações de arroz e de milho há mais de dois anos.

Como forma de combater a praga, Chico Sartori sugeriu a as-

sinatura de convênio entre o ministério e a Associação Vilhenense dos Agropecuaristas (Aviagro), com o objetivo de construir laboratório para a produção de fungos, que seriam utilizados no combate biológico. Para ele, essa é a melhor saída para acabar com a praga, já que o combate químico, oneroso e de pouca eficiência, é agressivo ao meio ambiente.

Chico Sartori lembrou que a região sul de Rondônia é composta por mais de 80% de pequenos e



Chico Sartori sugere convênio que permita combate biológico à "cigarrinha das pastagens"

médios produtores rurais e que a maioria não tem condições financeiras de arcar com os custos do combate químico.

## Luiz Otávio defende alterações na CLT

Para senador, projeto de lei que flexibiliza regras da Consolidação das Leis do Trabalho vai fortalecer a negociação sindical no país

O projeto de lei que flexibiliza regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – em tramitação nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) – tem como objetivo, segundo o senador Luiz Otávio (PPB-PA), fortalecer o poder de negociação dos sindicatos, criar empregos com carteira assinada e manter postos de trabalho.

– O que se quer com isso é construir um novo padrão de relações de trabalho, com base em princípios adotados em muitos países e consagrados nas convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ou seja, a ênfase na negociação coletiva.

Para Luiz Otávio, o projeto não revoga nenhum direito previsto na CLT, apenas abre o leque de possibilidades para a livre negociação entre empregados e empregadores.



Luiz Otávio: mudanças na CLT estabelecem novo padrão nas relações de trabalho

– Essa negociação é voluntária. Se os empregados não a quiserem, ela nem começa – afirmou o senador, que citou casos envolvendo acordos entre empregadores e empregados sobre participação nos lucros, mudanças no horário noturno, registro na carteira de trabalho, parcelamento de férias e bancos de horas que não

puderam ser cumpridos pela falta de flexibilidade e bom senso da lei.

O senador procurou esclarecer que o projeto apenas busca experimentar, por um prazo de dois anos, um modelo alternativo de relações de trabalho. Para ele, a legislação atual inibe a negociação coletiva, reduzindo o poder dos sindicatos. Além disso, na sua avaliação, a CLT acaba por estimular a informalização e a rotatividade da força de trabalho.

Luiz Otávio destacou ainda que os sindicatos pequenos, que têm menor poder de mobilização e negociação, devem receber, segundo o projeto já aprovado na Câmara dos Deputados, assessoramento da central sindical, da confederação ou da federação a que estejam filiados.

– O que se pretende é o desenvolvimento de sindicatos fortes e organizados para permitir que a negociação, que hoje se dá apenas na Justiça do Trabalho depois que o contrato foi rompido, ocorra prioritariamente na empresa.

## Valmir quer parcelamento na devolução de férias

Já se encontra para análise, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que permite o parcelamento da devolução da remuneração de férias, paga antecipadamente aos servidores públicos civis federais. De acordo com o projeto, a devolução será feita em dez parcelas

mensais e consecutivas, não incidindo sobre os valores devolvidos qualquer acréscimo.

Valmir Amaral informou que tal procedimento é comum em diversas empresas estatais, onde o parcelamento não onera os cofres públicos. “Trata-se apenas de uma programação de receita”, observou o senador.



Para Valmir Amaral parcelamento é uma programação de receita

## Projeto regulamenta atividade de astrólogo

Encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa, projeto de lei do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que regulamenta a profissão de astrólogo. Pelo projeto, o astrólogo é definido como o profissional que “estabelece juízos a partir do estudo das configurações do céu, calculando e elaborando cartas astrológicas”. A atividade compreende, entre outros pontos, a elaboração

de cartas astrológicas “para satisfazer indagações do público, orientando os interessados”, e a divulgação, na mídia, do conhecimento astrológico.

O exercício profissional ficaria assegurado preferencialmente aos aprovados em associação de classe, responsável pela verificação da habilitação àqueles que exerçam a atividade há mais de três anos, e aos diplomados em escolas reconhecidas.

A jornada de trabalho seria de seis horas por dia, ou 30 semanais, sendo aplicadas as regras da CLT.

Segundo Távola, o projeto vem suprir a falta de regulamentação institucional para a profissão e reconhecer que “o estudo da astrologia deveria figurar a nível de terceiro grau, ou como pós-graduação, em face de sua alta especificidade e de interpretações que demandam amplo conhecimento”.

## Lobão destaca trabalho do Senai no Maranhão

Ao salientar que neste ano o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) comemora o seu 60º aniversário, o senador Edison Lobão (PFL-MA) enalteceu o trabalho da entidade no Maranhão, onde o Senai, por intermédio de convênios firmados com empresas, tem tido forte atuação na formação de profissionais para o mercado de trabalho.

Conforme dados citados pelo senador, o Senai do Maranhão registrou 20.044 pessoas matriculadas em 115 cursos profissionalizantes, sendo que, para 2002, a meta é qualificar 30 mil profissionais. Ele acrescentou que, nas seis décadas de atuação da entidade, 33 milhões de pessoas foram capacitadas para o mercado de trabalho em todo o país.



Lobão elogia Senai na formação profissional para mercado de trabalho

Lobão informou que a instituição atua no Maranhão desde 1953, período em que formou mais de 180 mil trabalhadores. Atualmente o Senai atende ao setor industrial em 14 áreas distintas, destacando-se as de eletricidade, informática, construção civil, transporte e

vestuário. Com seis unidades operacionais distribuídas pelos municípios de São Luís, Açailândia, Bacabal, Caxias e Imperatriz, atendendo a outros municípios, o Senai-MA implantou ainda o Programa de Ações Móveis.

De acordo com o senador, os convênios com a Vale do Rio Doce, Consórcio de Alumínio do Maranhão e Telemar demonstram a preocupação das empresas com o aperfeiçoamento dos recursos humanos.

## Carlos Wilson propõe Estágio Retributivo

Aguarda apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que institui o Estágio Retributivo Obrigatório (ERO). De acordo com o projeto, o estágio será prestado por 24 meses por alunos das instituições federais de ensino superior (Ifes).

O projeto deverá também ser analisado pela Comissão de Educação (CE), onde tramita em caráter terminativo. Carlos Wilson propõe que todos os alunos das Ifes, para obtenção do diploma de conclusão do curso, realizem o ERO por 24 meses. De acordo com o projeto, o ERO “consiste na prestação de serviços profissionais comunitários correlatos ao curso superior cursado pelo aluno”. A carga horária mínima do estágio será de 110 horas mensais, com 15 dias de descanso por semestre.

Para obter o certificado de conclusão do ERO, o aluno precisará

obter desempenho satisfatório atestado por relatório expedido pelo dirigente responsável pela instituição onde foi prestado o estágio. Em caso de desempenho insatisfatório, haverá prorrogação por seis meses.

A proposta prevê ainda remuneração para os alunos. Para estágios no mesmo município onde o aluno fez o curso superior, essa remuneração será de um salário mínimo. Se o município for diferente, será de dois salários mínimos, caso sejam oferecidas ao aluno alimentação e moradia; e de três salários mínimos, caso não haja essas facilidades.

Na justificativa da matéria, Carlos Wilson afirmou que a iniciativa, “além de fortalecer o ensino superior público gratuito e inspirar nos universitários os mais altos valores morais e patrióticos, tão carentes em nossa sociedade, servirá como um importante instrumento de cidadania”.



Para Carlos Wilson, o ERO reforçará valores patrióticos nos jovens